



Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro
2019



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores (as) Cooperados (as),

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis do exercício de 2019 da Cooperativa de Crédito Original – SICOOB Original, na forma da legislação em vigor.

I. Política Operacional

Em 2019, o SICOOB Original completou 31 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito e a aplicação financeira (poupança) para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos, captação de depósitos e prestação de serviços financeiros.

II. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB Original obteve um resultado no período de R\$ 9.056.025,22 antes das tributações e participações, representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido médio de 17,87% (20,19% em 2018). O retorno anual do resultado no período após a tributação e participações do resultado no período foi de 16,03% (18,53% em 2018).

III. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 103.914.766,45. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 261.238.582,70 e encontrava-se assim distribuída:

Carteira	Valor R\$	Participação
Rural	116.015.090,87	44,41%
Comercial	145.223.491,83	55,59%

Os vinte maiores devedores representavam, na data-base de 31.12.2019, o percentual de 23,84% da carteira, no montante de R\$ 62.272.883,77.

IV. Captação

As captações (depósitos e Letras de Crédito do Agronegócio – LCA), no total de R\$ 238.998.351,80, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 19,19%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Carteira	Valor R\$	Participação
Depósito à vista	46.974.213,52	19,65%
Depósito a prazo (RDC)	175.591.797,84	73,47%
LCA	16.432.340,44	6,88%

Os vinte maiores depositantes representavam, na data-base de 31.12.2019, o percentual de 16,32% dos Depósitos à Vista e a Prazo, no montante de R\$ 36.332.689,49.

E os vinte maiores investidores representavam, na data-base de 31.12.2019, o percentual de 48,24% do LCA, no montante de R\$ 7.927.481,34.

V. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB Original era de R\$ 52.863.700,79. O quadro de associados era composto por 30.492 cooperados, havendo um acréscimo de 13,90% em relação ao exercício anterior.

VI. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Instituição Financeira Cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do associado através do “CRL” (cálculo de risco e limites), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB Original adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 89,82% nos níveis de “AA” à “C”.

VII. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo sistema SICOOB, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

As Demonstrações Contábeis da Cooperativa são auditadas por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a instituição adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Instituição Financeira Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A instituição adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados respeitando as peculiaridades e singularidades da Instituição Financeira Cooperativa e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

Em relação aos Recursos Humanos do SICOOB Original, direcionou-se a preocupação da orientação educacional e motivacional, tendo os colaboradores participados em cursos de treinamentos. A Instituição Financeira Cooperativa encerrou o ano com 145 funcionários (5 menores aprendiz e 3 PCD) e 5 estagiários, total de 24 a mais em relação ao ano anterior.

VIII. Conselho Fiscal

Eleito em AGO, com mandato até 2021, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Instituição Financeira Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

IX. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Cooperativa SICOOB Original, aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional do sistema SICOOB. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressarem na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

X. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria

do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a ouvidoria do Sicoob original registrou 10 manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas a previdência privada, atendimento, cartão de crédito, operações de crédito e outros.

Das 10 manifestações, 3 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Cooperados pela preferência e confiança e aos colaboradores pela dedicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de março de 2020.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artêmio José Flach
Erico Ecker
Nelso Luiz Moresco
Orestes Emilio Roman
Valdecir Orso
Vilmar Cavasin
Vlademir Batisti

CONSELHO FISCAL

Ari Salmoria Dos Santos
Deniz Gentile Faveti
Hilario Sigel
Honório Lazzarotto
Joni Helio Turazzi
Mario Cesar Honaiser

DIRETORES

Gilmar Aristeu Bazzo
Normides Scalsavara

CONTADORIA

Lucas Trez
Contador
CRC-SC 041302/O-8
CPF – 090.081.969.30

Demonstrações Contábeis 2019

Valores Expressos em Reais



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE	312.671.710,71	231.737.646,29
Disponibilidades	2.543.789,55	2.395.661,58
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	40.506.322,31	12.730.926,74
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.506.322,31	12.730.926,74
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6)	317.608,58	1.059.556,11
Carteira própria	317.608,58	1.059.556,11
Relações Interfinanceiras (Nota 7)	103.597.157,87	81.397.085,37
Centralização Financeira	103.597.157,87	81.397.085,37
Operações de Crédito (Nota 8)	162.206.880,60	130.606.101,19
Setor privado	168.502.522,62	133.958.302,34
(Provisão para operações de crédito)	(6.295.642,02)	(3.352.201,15)
Outros Créditos	3.359.977,69	1.656.376,26
Créditos por avais e fianças honrados (Nota 9.a)	310.830,63	151.196,89
Rendas a receber (Nota 9.b)	2.011.857,36	726.219,07
Diversos (Nota 9.c)	1.297.874,50	964.660,98
(Provisão para outros créditos) (Nota 9.d)	(260.584,80)	(185.700,68)
Outros Valores e Bens (Nota 10)	139.974,11	1.891.939,04
Bens não de uso próprio	-	1.584.264,07
Materiais em estoque	42.437,91	34.895,37
Dispêndios antecipadas	97.536,20	272.779,60
NÃO CIRCULANTE	108.230.097,34	98.730.571,45
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	89.360.288,05	78.898.222,72
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	351.422,94	1.907.932,94
Aplicações em depósitos interfinanceiros	351.422,94	1.907.932,94
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6)	73.302,95	-
Carteira própria	73.302,95	-
Operações de Crédito (Nota 8)	87.392.007,00	76.940.168,47
Setor privado	92.736.060,08	79.473.206,08
(Provisão para operações de crédito)	(5.344.053,08)	(2.533.037,61)
Outros Créditos	1.528.692,32	-
Diversos (Nota 9.c)	1.536.664,82	-
(Provisão para outros créditos)	(7.972,50)	-
Outros Valores e Bens (Nota 10)	14.862,84	50.121,31
Dispêndios antecipadas	14.862,84	50.121,31
INVESTIMENTOS (Nota 11)	5.514.377,44	5.462.272,99
Participações em Cooperativa Central de Crédito	5.129.854,30	5.129.854,30
Participações Inst. Financeira Controlada por Coop. de Crédito	384.523,14	332.418,69
IMOBILIZADO (Nota 12)	13.330.240,11	14.336.832,48
Imóveis de uso	7.486.520,19	7.486.520,19
Outras imobilizações de uso	11.053.731,42	10.848.240,96
(Depreciação acumulada)	(5.210.011,50)	(3.997.928,67)
INTANGÍVEL (Nota 13)	25.191,74	33.243,26
Ativos intangíveis	40.258,00	40.258,00
(Amortização acumulada)	(15.066,26)	(7.014,74)
TOTAL DO ATIVO	420.901.808,05	330.468.217,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis 2019

Valores Expressos em Reais



BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE	333.434.318,45	272.846.143,08
Depósitos (Nota 14)	222.566.011,36	188.219.885,07
Depósitos à vista	46.974.213,52	37.130.422,91
Depósitos a prazo	175.591.797,84	151.089.462,16
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 15)	14.748.704,19	10.346.898,43
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	14.748.704,19	10.346.898,43
Relações Interfinanceiras (Nota 16)	70.645.074,54	64.206.419,42
Obrigações por repasse interfinanceiros	70.645.074,54	64.206.419,42
Relações Interdependências (Nota 17)	2.416.677,60	3.007.572,00
Recursos em trânsito de terceiros	2.416.677,60	3.007.572,00
Obrigações por Empréstimos (Nota 18)	16.450.527,31	850.744,36
Empréstimos no país	16.450.527,31	850.744,36
Outras Obrigações	6.607.323,45	6.214.623,80
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (Nota 19.a)	53.658,27	62.487,27
Sociais e estatutárias (Nota 19.b)	2.368.155,11	1.883.865,02
Fiscais e previdenciárias (Nota 19.c)	821.101,23	334.441,33
Negociação e intermediação de valores (Nota 19.d)	-	46.708,92
Diversas (Nota 19.e)	3.364.408,84	3.887.121,26
NÃO CIRCULANTE	30.897.725,73	11.479.844,23
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	30.897.725,73	11.479.844,23
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 15)	1.683.636,25	1.955.507,92
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	1.683.636,25	1.955.507,92
Relações Interfinanceiras (Nota 16)	12.655.078,88	8.609.749,11
Obrigações por repasse interfinanceiros	12.655.078,88	8.609.749,11
Obrigações por Empréstimos (Nota 18)	15.400.000,00	275.311,83
Empréstimos no país	15.400.000,00	275.311,83
Outras Obrigações (Nota 19.e)	1.159.010,60	639.275,37
Diversas	1.159.010,60	639.275,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.569.763,87	46.142.230,43
Capital (Nota 21.a / 21.b)	27.412.330,71	22.358.703,89
De domiciliados no país	27.738.628,88	22.642.711,00
(Capital a realizar)	(326.298,17)	(284.007,11)
Reserva de Sobras (Nota 21.c)	27.672.336,47	22.453.327,96
Reserva Legal (Nota 21.h)	16.786.278,60	13.416.226,50
Reservas Estatutárias (Nota 21.i)	10.886.057,87	9.037.101,46
Sobras ou Perdas Acumuladas (Nota 21.d)	1.485.096,69	1.330.198,58
Sobras acumuladas (Nota 22)	1.485.096,69	1.330.198,58
TOTAL DO PASSIVO	420.901.808,05	330.468.217,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis 2019

Valores Expressos em Reais



DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

DISCRIMINAÇÃO	2° Semestre 2019	31.12.2019	31.12.2018
INGRESSOS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	22.074.265,26	43.514.685,25	38.000.600,49
Resultado de operações de crédito (Nota 23.a)	18.962.720,75	37.169.652,79	32.071.609,42
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 23.b)	1.155.094,95	1.909.783,98	530.372,29
Resultado de operações de depósitos intercooperativos (Nota 23.c)	1.956.449,56	4.435.248,48	5.398.618,78
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(11.388.717,77)	(23.212.772,23)	(17.058.323,99)
Operações de captação no mercado (Nota 24.a)	(4.886.788,50)	(9.873.778,48)	(9.451.695,14)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 24.b)	(2.633.455,25)	(5.001.292,80)	(3.406.090,08)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 24.c)	(3.868.474,02)	(8.337.700,95)	(4.200.538,77)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	10.685.547,49	20.301.913,02	20.942.276,50
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	5.583.725,48	10.128.660,47	6.270.416,11
Resultado de prestação de serviços e rendas de tarifas (Nota 25.a)	5.581.830,34	9.824.402,29	5.035.367,39
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 25.b)	--	52.100,38	39.722,09
Outros ingressos operacionais (Nota 25.c)	1.895,14	252.157,80	1.195.326,63
OUTROS DISPÊNDIOS OPERACIONAIS	(11.002.854,88)	(21.453.480,35)	(18.784.263,31)
Dispêndios de pessoal (Nota 26.a)	(5.396.349,98)	(10.288.215,33)	(9.386.550,41)
Outros dispêndios administrativos (Nota 26.b)	(5.315.256,55)	(10.319.304,77)	(8.899.891,63)
Dispêndios tributários (Nota 26.c)	(103.389,65)	(210.898,77)	(131.844,40)
Outros dispêndios operacionais (Nota 26.d)	(187.858,70)	(635.061,48)	(365.976,87)
RESULTADO DE OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS OPERACIONAIS	(5.419.129,40)	(11.324.819,88)	(12.513.847,20)
RESULTADO OPERACIONAL	5.266.418,09	8.977.093,14	8.428.429,30
RESULTADO COM OUTRAS RECEITAS E DESPESAS (Nota 27)	59.418,88	78.932,08	8.167,59
Outras Receitas	66.404,22	86.410,18	56.869,41
Outras Despesas	(6.985,34)	(7.478,10)	(48.701,82)
RESULTADO NO PERÍODO	5.325.836,97	9.056.025,22	8.436.596,89
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 21.f)	(237.437,45)	(480.394,01)	(193.544,57)
Imposto de Renda	(142.428,55)	(288.320,43)	(102.407,50)
Contribuição Social	(95.008,90)	(192.073,58)	(91.137,07)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES - SOBRA (Nota 21.g)	(452.769,41)	(452.769,41)	(502.521,22)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (Nota 21.b)	(1.418.898,36)	(1.418.898,36)	(1.303.933,65)
SOBRAS NO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	3.216.731,75	6.703.963,44	6.436.597,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis 2019

Valores Expressos em Reais



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	Capital Social	Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31.12.2017	19.392.914,52	10.453.012,65	7.185.092,80	537.664,95	37.568.684,92
Integralização de Capital	2.027.753,04	--	--	--	2.027.753,04
Devolução de Capital	(635.346,49)	--	--	--	(635.346,49)
Distribuição: Sobras do exercício anterior	272.624,13	--	--	(537.664,95)	(265.040,82)
Resultado do Ato Cooperativo Líquido	--	--	--	7.408.034,63	7.408.034,63
Resultado do Ato Não cooperativo Líquido	--	--	--	332.496,47	332.496,47
Destinações: Sobras do exercício	--	2.963.213,85	1.852.008,66	(4.815.222,51)	--
Distribuição: Juros sobre o capital próprio	1.300.758,69	--	--	(1.303.933,65)	(3.174,96)
Absorção: Dispêndios com recursos do FATES	--	--	--	411.721,84	411.721,84
Destinações: Resultado do ato cooperativo – FATES	--	--	--	(370.401,73)	(370.401,73)
Destinações: Resultado do ato não cooperativo – FATES	--	--	--	(332.496,47)	(332.496,47)
	--	--	--	--	--
Saldos em 31.12.2018	22.358.703,89	13.416.226,50	9.037.101,46	1.330.198,58	46.142.230,43
Mutações do período	2.965.789,37	2.963.213,85	1.852.008,66	792.533,63	8.573.545,51
Saldos em 31.12.2018	22.358.703,89	13.416.226,50	9.037.101,46	1.330.198,58	46.142.230,43
Integralização de Capital	3.365.889,42	--	--	--	3.365.889,42
Devolução de Capital	(645.435,98)	--	--	--	(645.435,98)
Distribuição: Sobras do exercício anterior	918.476,74	411.721,84	--	(1.330.198,58)	--
Resultado do Ato Cooperativo Líquido	--	--	--	7.395.825,65	7.395.825,65
Resultado do Ato Não cooperativo Líquido	--	--	--	727.036,15	727.036,15
Destinações: Sobras do exercício	--	2.958.330,26	1.848.956,41	(4.807.286,67)	--
Distribuição: Juros sobre o capital próprio	1.418.898,36	--	--	(1.418.898,36)	--
IRRF Juros Sobre o Capital Próprio	(4.201,72)	--	--	--	(4.201,72)
Absorção: Dispêndios com recursos do FATES	--	--	--	685.247,35	685.247,35
Destinações: Resultado do ato cooperativo – FATES	--	--	--	(369.791,28)	(369.791,28)
Destinações: Resultado do ato não cooperativo – FATES	--	--	--	(727.036,15)	(727.036,15)
	--	--	--	--	--
Saldos em 31.12.2019	27.412.330,71	16.786.278,60	10.886.057,87	1.485.096,69	56.569.763,87
Mutações do período	5.053.626,82	3.370.052,10	1.848.956,41	154.898,11	10.427.533,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis 2019

Valores Expressos em Reais



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DISCRIMINAÇÃO	2° Semestre 2019	31.12.2019	31.12.2018
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Resultado no período	5.325.836,97	9.056.025,22	8.436.596,89
Ajustes ao resultado antes dos tributos e participações			
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	2.726.728,88	5.837.312,96	2.471.969,01
Provisão por garantia prestadas	183.777,35	595.457,69	339.644,78
Depreciações e amortizações	624.909,73	1.196.777,12	604.357,91
Dispêndios com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	34.500,00	34.500,00	-
(Ganho) Perda na alienação de valores e bens de uso	1.526,65	1.526,65	42.420,22
Sobra Ajustado antes dos Tributos e Participações	8.897.279,58	16.721.599,64	12.894.988,81
Variações Patrimoniais			
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	70.793,61	(20.503.660,76)	(10.698.138,21)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(2.021,40)	782.464,43	(855.767,38)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(23.349.444,71)	(47.807.074,28)	(62.007.328,28)
(Aumento) Redução em outros créditos	(1.850.474,49)	(3.315.150,37)	403.462,40
(Aumento) Redução em outros valores e bens	1.652.445,69	1.787.223,40	(272.397,19)
Aumento (Redução) em depósitos	26.119.230,75	34.346.126,29	29.134.992,23
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	83.819,48	4.129.934,09	5.554.622,01
Aumento (Redução) em relações interfinanceiros	11.629.228,40	10.483.984,89	26.051.470,73
Aumento (Redução) em relações interdependências	2.416.677,60	(590.894,40)	1.713.272,00
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos	20.403.176,71	30.724.471,12	(282.255,77)
Aumento (Redução) em outras obrigações	459.516,83	282.477,19	1.172.570,79
Imposto de renda e contribuição social pagos	(237.437,45)	(480.394,01)	(193.544,57)
Participação dos empregados e administradores no resultado no período	(452.769,41)	(452.769,41)	(502.521,22)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	45.840.021,19	26.108.337,82	2.113.426,35
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(45.673,90)	(188.159,88)	(837.743,00)
Alienação de imobilizado de uso	--	4.500,00	36.350,00
Alienação de investimentos	--	(52.104,45)	(154.697,06)
Aquisição de intangíveis	--	--	(28.058,00)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(45.673,90)	(235.764,33)	(984.148,06)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
Aumento da participação dos cooperados – integralização de cota capital	3.817.240,92	5.703.264,52	3.604.310,82
Redução da participação dos cooperados – devolução de cota capital	(287.077,54)	(645.435,98)	(635.346,49)
Distribuição das sobras à disposição da assembleia geral – em cotas de capital	--	(918.476,74)	(272.624,13)
Distribuição das sobras à disposição da assembleia geral – em conta corrente	--	--	(265.040,82)
Juros sobre o capital próprio pagos	(1.418.898,36)	(1.418.898,36)	(1.303.933,65)
Retenção IR sobre juros ao capital próprio pagos	(4.201,72)	(4.201,72)	(3.174,96)
Absorção dos dispêndios de FATES no período	685.247,35	685.247,35	411.721,84
Destinação do resultado do ato não cooperativos para o FATES	(727.036,15)	(727.036,15)	(332.496,47)
Destinação do resultado do ato cooperativos para o FATES	(369.791,28)	(369.791,28)	(370.401,73)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.695.483,22	2.304.671,64	833.014,41
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	47.489.830,51	28.177.245,13	1.962.292,70
Início do período	64.683.950,30	83.996.535,68	82.034.242,98
Fim do período	112.173.780,81	112.173.780,81	83.996.535,68
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	47.489.830,51	28.177.245,13	1.962.292,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Original - Sicoob Original, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 04/08/1988, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul – Sicoob Central SC/RS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – Sicoob Confederação, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Original possui 13 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: São Lourenço do Oeste – SC, Galvão – SC, Campo Erê – SC, Novo Horizonte – SC, Coronel Martins – SC, Jupiá – SC, Abelardo Luz – SC, São Domingos – SC, Ouro Verde – SC, Renascença – PR, Bom Sucesso do Sul – PR e Mariópolis - PR;

O Sicoob Original tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com pequena variação de forma, para melhor entendimento dos usuários das informações e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16/03/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

Os ingressos e as receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Central SC/RS e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o resultado do exercício tem incidência sobre as operações classificada como atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	106.140.947,42	83.792.746,95
Disponibilidades em moeda nacional - caixa e depósitos bancários	2.543.789,55	2.395.661,58
Disponibilidades em moeda nacional – centralização financeira	103.597.157,87	81.397.085,37
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez⁽¹⁾	5.715.224,81	--
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.715.224,81	--
Aplicações TVM¹	317.608,58	203.788,73
Carteira própria	317.608,58	203.788,73
Total	112.173.780,81	83.996.535,68

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

5. APlicações INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	40.857.745,25	14.638.859,68
Não ligadas - vinculados ao crédito rural	40.506.322,31	6.935.973,41
Não ligadas c/ garantias - vinculados ao crédito rural	351.422,94	7.702.886,27
Total	40.857.745,25	14.638.859,68
Ativo circulante	40.506.322,31	12.730.926,74
Ativo não circulante	351.422,94	1.907.932,94

Demonstrações Contábeis 2019

Valores Expressos em Reais



b) Ingressos de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Ingressos de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.871.390,55	451.925,17
Não ligadas - vinculados ao crédito rural ⁽¹⁾ - 101% a 102% ⁽²⁾	1.613.977,13	285.080,32
Não ligadas c/ garantias - vinculados ao crédito rural ¹ - 101% ⁽²⁾	257.413,42	166.844,85
Total	1.871.390,55	451.925,17

⁽¹⁾ Instrumento Financeiro: DI

⁽²⁾ Taxa Ref.: Flutuante Pós CDI

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários, de renda fixa, no Sicoob Central SC/RS, estavam assim compostas:

a.1) Resumo da carteira consolidada por rubricas de publicação

Renda Fixa	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	317.608,58	73.302,95	390.911,53	1.059.556,11	--	1.059.556,11
Carteira própria	316.041,32	--	316.041,32	202.300,55	--	202.300,55
Vinculados à prestação de garantias	1.567,26	73.302,95	74.870,21	857.255,56	--	857.255,56

a.2) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2019					31.12.2018				
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360
Mantidos até o Vencimento										
Carteira própria	--	213.805,70	102.235,62	--	--	--	202.300,55	--	--	--
RDC Pós CDI ⁽¹⁾	--	213.805,70	102.235,62	--	--	--	202.300,55	--	--	--
Vinculados à garantias	1.567,26	--	--	--	73.302,95	1.488,18	--	786.632,76	69.134,62	--
RDC Pós CDI ⁽¹⁾	--	--	--	--	73.302,95	--	--	786.632,76	69.134,62	--
DAP Pós TBF ⁽²⁾	1.567,26	--	--	--	--	1.488,18	--	--	--	--
Total	1.567,26	213.805,70	102.235,62			1.488,18	202.300,55	786.632,76	69.134,62	

⁽¹⁾ Taxa Ref.: Flutuante Pós CDI 101%

⁽²⁾ Taxa Ref.: Flutuante Pós TBF 90%

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram respectivamente R\$ 38.393,43 e R\$ 78.447,12.

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Créditos Vinculados	31.12.2019	31.12.2018
Centralização financeira – cooperativas ⁽¹⁾	103.597.157,87	81.397.085,37
Total	103.597.157,87	81.397.085,37

⁽¹⁾ Referem-se aos recursos vinculados à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob Central SC/RS conforme determinado no art. 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015.

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

Descrição	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Operações de Crédito	168.502.522,62	92.736.060,08	261.238.582,70	133.958.302,34	79.473.206,08	213.431.508,42
Empréstimos e títulos descontados	51.375.695,88	43.711.763,26	95.087.459,14	48.135.766,83	38.977.324,40	87.113.091,23
Financiamentos	16.029.057,01	34.106.975,68	50.136.032,69	14.917.137,81	27.625.709,89	42.542.847,70
Financiamentos rurais	101.097.769,73	14.917.321,14	116.015.090,87	70.905.397,70	12.870.171,79	83.775.569,49

Demonstrações Contábeis 2019



Valores Expressos em Reais

Descrição	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Total da Carteira de Crédito	168.502.522,62	92.736.060,08	261.238.582,70	133.958.302,34	79.473.206,08	213.431.508,42
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.295.642,02)	(5.344.053,08)	(11.639.695,10)	(3.352.201,15)	(2.533.037,61)	(5.885.238,76)
(Provisão para operações de crédito)	(6.295.642,02)	(5.344.053,08)	(11.639.695,10)	(3.352.201,15)	(2.533.037,61)	(5.885.238,76)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	162.206.880,60	87.392.007,00	249.598.887,60	130.606.101,19	76.940.168,47	207.546.269,66

b) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	Situação	31.12.2019			31.12.2018		
			Valor das operações	Provisão	% Por Nível de Risco	Valor das operações	Provisão	% Por Nível de Risco
AA		Normal	12.764.219,87	-	4,89%	12.935.890,50	-	6,06%
A	0,5	Normal	124.086.753,39	(620.433,77)	47,50%	119.252.277,50	(596.261,39)	55,87%
B	1	Normal	65.525.854,18	(655.258,54)	25,47%	56.797.528,16	(567.975,28)	26,96%
		Vencidas	1.022.078,04	(10.220,78)		751.658,59	(7.516,59)	
C	3	Normal	29.957.686,09	(898.730,58)	11,96%	12.040.826,72	(361.224,80)	6,27%
		Vencidas	1.288.677,40	(38.660,32)		1.339.598,99	(40.189,91)	
D	10	Normal	11.025.642,24	(1.102.564,22)	4,77%	3.597.581,34	(359.758,13)	2,01%
		Vencidas	1.434.945,12	(143.494,51)		702.337,98	(70.233,80)	
E	30	Normal	3.714.544,71	(1.114.363,41)	2,07%	1.240.832,88	(372.249,86)	0,84%
		Vencidas	1.699.401,30	(509.820,39)		547.607,16	(164.282,15)	
F	50	Normal	1.796.476,73	(898.238,37)	1,43%	1.045.065,47	(522.532,74)	0,62%
		Vencidas	1.930.614,49	(965.307,25)		281.272,38	(140.636,19)	
G	70	Normal	449.588,55	(314.713,87)	0,39%	298.067,59	(208.647,32)	0,34%
		Vencidas	580.705,01	(406.493,51)		424.108,47	(296.875,93)	
H	100	Normal	1.279.314,53	(1.279.314,53)	1,52%	595.124,76	(595.124,76)	1,02%
		Vencidas	2.682.081,05	(2.682.081,05)		1.581.729,93	(1.581.729,93)	
			Provisão/Operação			Provisão/Operação		
Total Normal			250.600.080,29	(6.883.615,41)	2,75%	207.803.194,92	(3.583.774,28)	1,72%
Total Vencidas			10.638.502,41	(4.756.077,81)	44,71%	5.628.313,50	(2.301.464,50)	40,89%
Total			261.238.582,70	(11.639.695,10)	4,46%	213.431.508,42	(5.885.238,78)	2,76%

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da Carteira de Crédito por Faixa de Vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2019				31.12.2018			
	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empr. e TD ⁽¹⁾	27.121.515,04	24.254.180,84	43.711.763,26	95.087.459,14	28.012.132,66	20.123.634,17	38.977.324,40	87.113.091,23
Financiamentos	4.455.990,45	11.573.066,56	34.106.975,68	50.136.032,69	4.154.587,00	10.762.550,81	27.625.709,89	42.542.847,70
Finan. rurais	16.011.082,77	85.086.686,96	14.917.321,14	116.015.090,87	6.343.397,51	64.352.122,75	13.080.049,23	83.775.569,49
Total	47.588.588,26	120.913.934,36	92.736.060,08	261.238.582,70	38.510.117,17	95.238.307,73	79.683.083,52	213.431.508,42

⁽¹⁾ Empréstimos e títulos descontados

d) Concentração das Operações de Crédito

Descrição	31.12.2019	% da Carteira	31.12.2018	% da Carteira
Maior Devedor	6.124.979,13	2,34	5.309.381,41	2,49
10 Maiores devedores	41.411.128,22	15,85	34.014.562,59	15,95
20 Maiores devedores	62.272.883,77	23,84	53.912.734,98	25,28
50 Maiores devedores	97.725.489,24	37,41	82.069.067,91	38,49
100 Maiores devedores	125.396.576,31	48,00	103.869.338,91	48,71

e) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

Descrição	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Setor Privado	261.238.582,70	100,00%	213.431.508,42	100,00%
Pessoa Física ⁽¹⁾	162.910.933,19	62,36%	129.106.153,10	60,49%
Pessoa Jurídica	90.228.119,11	34,54%	76.318.808,85	35,76%
Indústria	14.131.678,21	5,41%	17.244.208,31	8,08%
Comércio	12.140.047,95	4,65%	9.310.030,77	4,36%
Serviços	63.956.392,95	24,48%	49.764.569,77	23,32%
Ouros	8.099.530,40	3,10%	8.006.546,47	3,75%
Total	261.238.582,70	100,00%	213.431.508,42	100,00%

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e com outros setores de atividade econômica realizadas com pessoas físicas. Para os setores de atividade econômica evidenciados, as operações são exclusivas com pessoas jurídicas.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Saldo Inicial	(5.885.238,76)	(3.451.996,71)
Constituição	(14.453.429,72)	(.365.725,47)
Reversão	6.115.728,77	165.186,70
Baixas para prejuízo	2.583.244,61	1.907.978,63
Outras Provisões	--	(140.681,91)
Saldo Final	(11.639.695,10)	(5.885.238,76)

g) Movimentação dos Créditos Baixados para Prejuízo

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Saldo Inicial	3.976.086,96	2.910.286,15
Valor das operações transferidas no período	2.583.244,61	1.907.978,63
Valor das operações recuperadas no período	(514.570,28)	(724.703,38)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	(94.142,82)	(112.662,85)
Valor dos descontos nas operações recuperadas	(5.168,41)	(4.811,59)
Saldo Final	5.945.450,06	3.976.086,96

h) Créditos Renegociados

Em 31/12/2019 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 10.740.420,88, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

i) Informações Complementares

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Créditos contratados a liberar	23.230.240,71	19.804.434,16
Garantias prestadas ⁽¹⁾	79.709.217,12	57.493.935,38

⁽¹⁾ A Cooperativa mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 19.e/19.g) no montante de R\$ 1.399.260,90 (R\$ 803.803,21 em 31.12.2018), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

9. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias a receber pela Cooperativa de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

a) Avais e Fianças Honrados

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Avais e fianças honrados ⁽¹⁾	310.830,63	151.196,89
Total	310.830,63	151.196,89
Ativo circulante	310.830,63	151.196,89
Ativo não circulante	--	--

⁽¹⁾ A Cooperativa mantém provisão registrada em Outras Créditos – Diversos (Nota 9.d2) no montante de R\$ 185.477,91 (R\$ 102.295,48 em 31.12.2018), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999. O nível de risco de classificação inicial das operações em "E", corresponde a 30% de provisionamento.

O saldo refere-se por operações oriundas de cartões de crédito e financiamento com recursos BNDES vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

Demonstrações Contábeis 2019

Valores Expressos em Reais



b) Rendas a Receber

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Serviços prestados a receber ⁽¹⁾	152.777,66	93.130,45
Outras rendas a receber	1.859.079,70	633.088,62
De encargos das operações do PESA ⁽²⁾	2.944,24	8.505,84
De serviços prestados de comercialização de produtos Sicoob SC/RS ⁽³⁾	1.672.784,63	568.538,26
De serviços prestados de comercialização de produtos Bancoob ⁽⁴⁾	183.350,83	56.044,52
Total	2.011.857,36	726.219,07
Ativo circulante	2.011.857,36	726.219,07
Ativo não circulante	--	--

(1) Refere-se as rendas a receber do Bancoob proveniente de rendas de cartão de crédito no valor de R\$ 144.260,37 e de serviços de convênios de arrecadação de serviços públicos no valor de R\$ 8.517,29, em 31.12.2019.

(2) Refere-se aos encargos provisionados de 8% a.a. nas operações do PESA (3% a.a. parte do tomador e 5% a.a. por parte do Tesouro Nacional), quitada anualmente no mês de julho.

(3) Refere-se as rendas de ingressos sobre os depósitos da centralização financeira e rendas de comissionamento da Corretora.

(4) Refere-se as rendas de serviços prestados de captação de poupança, crédito consignado, serviço de compensação e comissionamentos de incentivos de crédito rural e campanha nacional de vendas – CNV 2019.

c) Diversos

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Adiantamentos e antecipações salariais	25.705,86	44.201,93
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	--	19.740,01
Cheques a receber	--	42.000,00
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	1.639.209,16	--
Devedores por depósitos em garantia (Nota 19.e / 19.f)	596.324,46	569.574,57
Imposto de renda e contribuição social a compensar ⁽²⁾ (Nota 19.c ⁽¹⁾)	414.625,32	124.809,38
Pagamentos a resarcir ⁽³⁾	2.759,19	--
Títulos e créditos a receber ⁽⁴⁾	28.748,57	20.772,52
Devedores diversos – país ⁽⁵⁾	127.166,76	143.562,57
Total	2.834.539,32	964.660,98
Ativo circulante	1.297.874,50	964.660,98
Ativo não circulante	1.536.664,82	--

(1) Refere-se aos contratos de compra e venda de bens imóveis, de origem não de uso próprio: 1º contrato de venda firmado em 18.03.2019 no valor de R\$ 120.000,00 e com saldo devedor em 31.12.2019 de R\$ 80.000,00. O 2º contrato firmado em 20.08.2019 no valor de R\$ 1.530.500,52 e com saldo devedor em 31.12.2019 de R\$ 1.559.209,16. A Cooperativa mantém provisão registrada em Outras Créditos – Diversos (Nota 9.d) no montante de R\$ 8.196,05 (R\$ 0,00 em 31.12.2018), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

(2) Refere-se à antecipação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) no valor de R\$ 212.951,47, de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) no valor de R\$ 164.869,30 e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre recebimento de rendas de comissões no valor de R\$ 36.804,55.

(3) Refere-se ao valor da provisão incidente sobre operação de crédito de capital de giro contratado junto ao Sicoob Central SC/RS cobrado da Cooperativa e a ser devolvido na quitação da operação.

(4) Refere-se aos valores a receber em processo de serviço de cobrança (R\$ 199,73), de tarifas a receber de depósito à vista (R\$ 12.041,49) e de indenizações de seguro prestamista em análise de espólios (R\$ 16.507,35).

(5) Refere-se aos valores a receber referente ao Adicional Proagro (R\$ 3.201,73), diferenças de caixa (R\$ 79,87), crédito consignado em folha de empresa (R\$ 9.441,50) e outras créditos a receber (R\$ 114.443,66).

d) Constituição da Provisão para Outros Créditos

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Sem Características de concessão de crédito ^{d1}	(74.883,34)	(83.405,20)
Com Características de concessão de crédito ^{d2}	(193.673,96)	(102.295,48)
Total	(268.557,30)	(185.700,68)
Ativo circulante	(260.584,80)	(185.700,68)
Ativo não circulante	(7.972,50)	--

D1) Sem Características de concessão de crédito

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base de estimativa interna, sendo que para tarifas a receber de depósito à vista (R\$ 12.041,49) registrado em “títulos e créditos a receber” foi provisionado o

Demonstrações Contábeis 2019



Valores Expressos em Reais

valor de R\$ 3.574,95 e para outros crédito a receber (R\$ 114.443,66) registrado em “devedores diversos – país” foi provisionado o valor de R\$ 71.308,39, em 31.12.2019.

D2) Com Características de concessão de crédito

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	Situação	31.12.2019				31.12.2018	
			Avalias e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Valor das operações	Provisão	Valor das operações	Avalias e Fianças Honrados
A	0,5	Normal	--	1.639.209,16	1.639.209,16	(8.196,05)	--	--
E	30	Vencidas	122.586,60	--	122.586,60	(36.776,00)	50.104,37	(15.031,33)
F	50	Vencidas	65.538,44	--	65.538,44	(32.769,24)	11.551,52	(5.775,79)
G	70	Vencidas	22.576,50	--	22.576,50	(15.803,58)	26.842,24	(18.789,60)
H	100	Vencidas	100.129,09	--	100.129,09	(100.129,09)	62.698,76	(62.698,76)
Total Normal			--	1.639.209,16	1.639.209,16	(8.196,05)	--	--
Total Vencidas			310.830,63	--	310.830,63	(185.477,91)	151.196,89	(102.295,48)
Total			310.830,63	1.639.209,16	1.950.039,79	(193.673,96)	151.196,89	(102.295,48)

10. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Bens Não de Uso Próprio	--	1.584.264,07
Imóveis	--	1.584.264,07
Material em Estoque ⁽¹⁾	42.437,91	34.895,37
Dispêndios Antecipados ⁽²⁾	112.399,04	322.900,91
Total	154.836,95	1.942.060,35
Ativo circulante	139.974,11	1.891.939,04
Ativo não circulante	14.862,84	50.121,31

⁽¹⁾ Refere-se aos materiais de expedientes (R\$ 21.753,30), materiais de limpeza (R\$ 4.070,26), produtos personalizados (R\$ 13.185,00) e materiais para homenagem (R\$ 3.429,35).

⁽²⁾ Refere-se aos dispêndios antecipados, referentes aos prêmios de seguros (R\$ 36.597,99), aluguéis (R\$ 14.209,65), manutenção e conservação (R\$ 30.833,62) e processamento de dados - licenças (R\$ 30.757,78).

11. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Participações em Cooperativa Central de Crédito ⁽¹⁾	5.129.854,30	5.129.854,30
Participações Instituições Financeiras Controlada por Coop. Crédito ⁽²⁾	384.523,14	332.418,69
Total	5.514.377,44	5.462.272,99

⁽¹⁾ Refere-se a cotas de capital na Sicoob Central SC/RC, quantidade de cotas em 31/12/2019 no montante de 1.709.951,43 cotas.

⁽²⁾ Refere-se a ações do Bancoob, avaliados pelo método histórico, quantidade de ações em 31/12/2019 no montante de 225.976 ações PN.

12. IMOBILIZADO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018	Taxa depreciação
Imóveis	6.458.676,85	6.708.649,91	--
Terrenos	1.267.112,72	1.267.112,72	--
Edificações	6.219.407,47	6.219.407,47	4%
(-) Depreciação acumulada	(1.027.843,34)	(777.870,22)	--
Outras Imobilizações	6.871.563,26	7.628.182,57	--
Instalações	4.130.861,11	4.081.320,08	10%
(-) Depreciação acumulada	(636.842,68)	(447.718,50)	--
Móveis e equipamentos de uso	3.402.204,95	3.377.554,34	10%

Demonstrações Contábeis 2019



Valores Expressos em Reais

Descrição	31.12.2019	31.12.2018	Taxa depreciação
(-) Depreciação acumulada	(1.514.510,71)	(1.190.241,64)	--
Sistemas de comunicação	1.292.480,58	1.280.274,86	10%
Sistemas de processamento de dados	1.099.956,62	1.013.490,53	20%
Sistemas de segurança	661.254,16	628.627,15	10%
Sistemas de transporte	466.974,00	466.974,00	20%
(-) Depreciação acumulada	(2.030.814,77)	(1.582.098,31)	--
Total	13.330.240,11	14.336.832,48	--

No período de 2019 o Sicoob Original contratou a empresa Audiconsult Auditores S/S para realizar o trabalho de levantamento patrimonial da Sede Administrativa e nas 13 agências. A empresa realizou o trabalho *in loco* durante duas semanas, e o restante do trabalho foi realizado na sua sede em Florianópolis SC. O método de avaliação foi por meio da verificação dos bens físicos da cooperativa e a catalogação com etiquetas numeradas definitivas. Posteriormente foram confrontadas as notas de aquisição dos bens, com os bens encontrados no levantamento patrimonial.

Com base na avaliação e verificação realizada pela Empresa Audiconsult, foram realizados os devidos ajustes contábeis, que totalizaram uma redução nos Bens do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 14.347,28 (quatorze mil reais trezentos e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos), os quais na data 31/12/2019 se encontram devidamente contabilizados.

13. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o saldo do intangível está assim composto.

Descrição	31.12.2019	31.12.2018	Taxa depreciação
Softwares adquiridos	20.108,29	25.719,85	--
Softwares	28.058,00	28.058,00	--
(-) Amortização acumulada	(7.949,71)	(2.338,15)	20,00%
Direitos de uso adquiridos	5.083,45	7.523,41	--
Direitos de uso	12.200,00	12.200,00	--
(-) Amortização acumulada	(7.116,55)	(4.676,59)	20,00%
Total	25.191,74	33.243,26	--

14. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "*Pro rata temporis*". Já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelos dispêndios apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

a) Depósitos

Descrição	31.12.2019	Remuneração média	31.12.2018	Remuneração média
Depósitos à Vista	46.974.213,52		37.130.422,91	
Pessoas físicas	23.156.697,59		16.621.133,55	
Pessoas jurídicas	23.601.070,97		20.289.264,39	
Governos	148.678,75		172.250,62	
Outras	67.766,21		47.774,35	
Depósitos a Prazo	175.591.797,84	0,34% a.m.	151.089.462,16	0,45% a.m.
Recibo de depósito cooperativo - RDC	174.920.075,59		151.089.462,16	
Governos – LC nº 161/2018	671.722,25		--	
Total	222.566.011,36		188.219.885,07	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com

Demonstrações Contábeis 2019

Valores Expressos em Reais



personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

b) Concentração dos Depósitos

Descrição	31.12.2019	% da Carteira	31.12.2018	% da Carteira
Maior Depositante	14.135.444,07	6,35	4.636.445,55	2,46
10 Maiores depositantes	29.429.067,37	13,22	18.067.805,30	9,60
20 Maiores depositantes	36.332.689,49	16,32	25.125.582,45	13,35
50 Maiores depositantes	48.714.241,68	21,89	37.014.424,90	19,67
100 Maiores depositantes	62.051.182,12	27,88	48.878.193,47	25,97

15. RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004).

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidas pelo SICOOB Original possuem remuneração pós ou pré-fixada, com prazo mínimo de carência de 90 (noventa) dias, conforme Resolução CMN nº 4.410/2015. Os títulos são cobertos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

a) Carteira

Descrição	Remuneração a.a.	Vencimento	31.12.2019	31.12.2018
Letras de Crédito do Agronegócio			16.432.340,44	12.302.406,35
LCA - Pré	4,25% a 6,75%	2021	6.429.528,29	3.253.510,12
LCA - Pós	87% a 102% do CDI	2021	10.002.812,15	9.048.896,23
Total			16.432.340,44	12.302.406,35
Passivo circulante			14.748.704,19	10.346.898,43
Passivo não circulante			1.683.636,25	1.955.507,92

b) Concentração dos Investidores

Em 31 de dezembro de 2019 os maiores investidores em Letras de Crédito do Agronegócio – LCA estavam assim compostos:

Descrição	31.12.2019	% da Carteira	31.12.2018	% da Carteira
Maior investidor	1.783.936,68	10,86	2.165.936,41	17,61
10 Maiores investidores	5.559.020,60	33,83	5.261.243,48	42,77
20 Maiores investidores	7.927.481,34	48,24	7.391.327,22	60,08
50 Maiores investidores	11.812.283,48	71,88	10.592.773,28	86,10

16. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades de crédito rural. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados e aplicações interfinanceira de liquidez.

Instituições	Taxas de Atualização	Vencimentos	31.12.2019	31.12.2018
Banco Cooperativo do Brasil - BANCOOB	1,00% a.a. a 8,50% a.a.	2020 a 2029	80.218.381,38	41.728.902,74
Cooperativa Central de Crédito – Sicoob Central SC/RS	1,00% a.a. a 7,00% a.a.	2020	3.081.772,04	31.087.265,79
Total			83.300.153,42	72.816.168,53
Passivo circulante			70.645.074,54	64.206.419,42
Passivo não circulante			12.655.078,88	8.609.749,11

17. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Demonstrações Contábeis 2019



Valores Expressos em Reais

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Cobrança de Terceiros em Trânsito ⁽¹⁾	1.677,60	--
Ordens de Pagamento ⁽²⁾	2.415.000,00	3.007.572,00
Total	2.416.677,60	3.007.572,00
Passivo circulante	2.416.677,60	3.007.572,00
Passivo não circulante	--	--

⁽¹⁾ Trata-se de títulos pagos em conta com bloqueio judicial.

⁽²⁾ Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados.

Instituições	Taxas de Atualização	Vencimento	31.12.2019	31.12.2018
Banco Cooperativo do Brasil - BANCOOB	CDI + 0,07% a.m.	2020 e 2021	31.216.226,76	--
Cooperativa Central de Crédito – Sicoob Central SC/RS	0,08% a.m.	2020	634.300,55	850.744,36
Total			31.850.527,31	850.744,36
Passivo circulante			16.450.527,31	850.744,36
Passivo não circulante			15.400.000,00	--

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
IOF a Recolher sobre Operações de Crédito	53.363,17	57.431,95
IOF a Recolher sobre Operações Depósito a Prazo	295,10	658,81
Tributos Municipais	--	4.396,51
Total	53.658,27	62.487,27
Passivo circulante	53.658,27	62.487,27
Passivo não circulante	--	--

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Fundo de Assistência Técnica, Social e Educacional – FATES ⁽¹⁾	1.430.266,00	1.018.685,92
Gratificações e Participações a pagar ⁽²⁾	452.769,41	502.521,22
Cotas de Capital a pagar ⁽³⁾	485.119,70	362.657,88
Total	2.368.155,11	1.883.865,02
Passivo circulante	2.368.155,11	1.883.865,02
Passivo não circulante	--	--

⁽¹⁾ Trata-se de recursos destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em dispêndios para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

⁽²⁾ Trata-se dos valores a pagar aos funcionários em relação a participação nas sobras/e ou resultado da Cooperativa, conforme Acordo Coletivo de Trabalho 307601/2019 com o Sindicato dos Empregados, com vigência de 01.01.2019 a 31.12.2019, conforme previsto artigo 2º da Lei Ordinária 10.101/2000. Aos administradores, a participação nas sobras/e ou resultado, foi autorizado em AGO de 23.04.2019, delegando ao Conselho de Administração a definição das regras a qual foi aprovada para o período de 01.01.2019 a 31.12.2019 na RCA nº 400 de 28.05.2019.

⁽³⁾ Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Provisão para Imposto e Contribuição sobre o Resultado ⁽¹⁾	480.394,01	--
Imposto e Contribuições sobre Serviços de Terceiros ⁽²⁾	10.706,49	6.448,63
Imposto e Contribuições sobre Salários ⁽³⁾	253.293,16	247.980,25
Outros Impostos e Contribuições ⁽⁴⁾	76.707,57	80.012,45
Total	821.101,23	334.441,33

Demonstrações Contábeis 2019

Valores Expressos em Reais



(¹) Refere-se a provisão para pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (R\$ 288.320,43) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL (R\$ 192.073,58).

(²) Refere-se ao recolhimento de impostos sobre serviços de terceiros retido: ISSQN a recolher (R\$ 3.354,36), INSS a recolher (R\$ 3.877,08), IRRF a recolher pessoa jurídica (R\$ 307,14), IRRF a recolher pessoa física sobre alugueis (R\$ 1.578,31), PIS/COFINS/CSLL a recolher (R\$ 1.504,31) e IRPF a Recolher Coop. de Trabalho (R\$ 85,29).

(³) Refere-se aos Impostos e Contribuições sobre salários: IRRF a recolher (R\$ 36.199,89), INSS a Recolher (R\$ 141.387,68), FTGS a recolher (R\$ 47.522,31), PIS a recolher (R\$ 7.196,46) e Contribuição de Previdência Privada (R\$ 20.986,82).

(⁴) Refere-se a outros Impostos e contribuições, conforme segue: IRRF sobre aplicações financeiras (R\$ 51.063,37), ISSQN sobre faturamento a recolher (R\$ 11.527,49), PIS sobre o faturamento a recolher (R\$ 1.176,16), COFINS sobre o faturamento a recolher (R\$ 8.738,83) e IRRF sobre pagamento de juros ao capital (R\$ 4.201,72).

d) Negociação e Intermediação de Valores

Tratava-se de recursos de terceiros com convênio de crédito consignado em folha a liquidar. Esses valores em 2018 eram R\$ 46.708,92. Em 2019 estes valores foram reclassificados no grupo Diversas no subitem Credores Diversos – País, para melhor adequação contábil, o valor de R\$ 71.677,30.

e) Diversas

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Obrigações por aquisição de bens e direitos - Fornecedores	4.065,54	5.045,24
Obrigações de pagamento em nome de terceiros ⁽¹⁾	335.951,97	233.524,76
Provisões para pagamentos a efetuar ⁽²⁾	1.258.445,63	1.373.137,78
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 19.f)	34.500,00	--
Provisões para demandas fiscais (Nota 19.f)	586.495,95	569.574,57
Provisões para garantias prestadas (Nota 19.g)	1.399.260,90	803.803,21
Credores diversos no país ⁽³⁾	904.699,45	1.541.311,07
Total	4.523.419,44	4.526.396,63
Passivo circulante	3.364.408,84	3.887.121,26
Passivo não circulante	1.159.010,60	639.275,37

(¹) Refere-se aos recursos de convênio para pagamento da folha de funcionários das empresas.

(²) Refere-se a provisão para pagamento a efetuar de dispêndios pessoal (R\$ 904.670,94), outros dispêndios administrativos (R\$ 95.389,49), faturamento de seguro prestamista (R\$ 256.525,47) e outras obrigações.

(³) Refere-se as obrigações, conforme segue: Valores a pagar direitos creditórios – espólios (R\$ 346.090,75), Sicoob Central SC/RS – rateio dispêndios administrativos (R\$ 131.819,08), cheques depositados TD a compensar (R\$ 290.720,86), liquidação serviço de cobrança a processar (R\$ 31.205,23), subvenção de seguro rural a pagar (R\$ 25.883,72), valores a liquidar convênio crédito consignado empresas (R\$ 71.677,30) e outras obrigações.

f) Provisão para Contingência

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e cíveis em que a cooperativa é parte envolvida.

Em relação as demandas Cíveis, considerando a avaliação dos nossos consultores jurídicos, a Cooperativa possuiu dois processos com a possibilidade de perda classificada como possível. 1º processo nº 000399549.2017.8.16.0181 no valor de R\$ 83.842,85, e 2º contrato nº 000205174.2018.8.16.0052 no valor de R\$ 38.160,00. Ressaltasse ainda que os processos não se encontram provisionados na contabilidade na data base 31/12/2019.

Em relação as demandas trabalhistas, no exercício de 2019 foi estabelecida a provisão considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, provisiona-se o valor referente ao processo trabalhista em andamento nº 00009527920195120025, no valor de R\$ 34.500,00.

Em demandas fiscais, refere-se ao PIS e COFINS sobre o faturamento, quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos exercícios de 2000 a 2004 para o COFINS e de 2002 a 2004 para o PIS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia. As ações judiciais e administrativas fiscais são classificadas pelos advogados externos como: prováveis e possíveis, e o parecer jurídico levam em conta a natureza da causa, sua especificidade e a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

"A provisão é reconhecida somente quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado, (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Com base nessas premissas, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", o Sicoob reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

g) Provisões para garantias prestadas

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	Situação	31.12.2019			31.12.2018		
			Valor das operações	Provisão	% Por Nível de Risco	Valor das operações	Provisão	% Por Nível de Risco
AA		Normal	10.312.545,23	-	12,94%	9.818.932,61	-	17,08%
A	0,5	Normal	42.451.335,84	(212.257,81)	53,26%	28.869.330,87	(144.347,45)	50,21%
B	1	Normal	17.149.275,41	(171.492,76)	21,51%	15.398.918,53	(153.989,04)	26,78%
C	3	Normal	5.832.552,70	(174.976,72)	7,32%	1.900.120,48	(57.003,64)	3,30%
D	10	Normal	2.997.013,57	(299.701,46)	3,76%	873.435,51	(87.343,65)	1,52%
E	30	Normal	451.864,98	(135.559,55)	0,57%	125.332,61	(37.599,86)	0,22%
F	50	Normal	210.729,94	(105.365,06)	0,26%	362.919,67	(181.459,96)	0,63%
G	70	Normal	13.306,33	(9.314,42)	0,02%	9.618,36	(6.732,87)	0,02%
H	100	Normal	290.593,12	(290.593,12)	0,36%	135.326,74	(135.326,74)	0,24%
Total Normal			79.709.217,12	(1.399.260,90)	100,00%	57.493.935,38	(803.803,21)	100,00%
Total			79.709.217,12	(1.399.260,90)	1,76%	57.493.935,38	(803.803,21)	1,40%

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN n.º 2.682 e n.º 2.697, divulgadas em 21.12.1999 e 24.02.2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida (PCLD).

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN n.º 2.682/1999, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, aceites e emissão de títulos, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Números de Associados	30.492	26.770
Capital Social Integralizado	27.412.330,71	22.358.703,89

b) Pagamento de Juros ao Capital

Apresentamos o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio:

Valores Expressos em Reais

Descrição	Valor	Nº de Pessoas	Data base	Data de pagamento
Ano/2019				
Juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	1.418.898,36	30.868	01.01.2019 a 31.12.2019	31.12.2019
Total destinado	1.418.898,36	30.868		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção aos associados comprovadamente isentos ou imunes.

Em conformidade com as Lei Complementar n.º 130/2009 e com o Estatuto da Cooperativa, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus associados de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor das cotas capital.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre o capital integralizado na data base e limitados à variação, *pro rata die*, da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) condicionados à existência de sobras no período base após a tributação, participações e destinações estatutárias de sobras, em montante igual ou superior o seu valor. O valor da remuneração foi de 100% da SELIC, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Cooperativa realizada no dia 17.12.2019.

Para atendimento à normas do Bacen - COSIF, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta de Resultado em 31.12.2019 e para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas. O total dos juros sobre o capital próprio, no ano de 2019, proporcionou aumento no Capital Social de R\$ 1.414.696,64 (Juros pagos R\$ 1.418.898,36 menos IRRF de R\$ 4.201,72).

c) Reservas de Sobras

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Reservas de Sobras	27.672.336,47	22.453.327,96
Reserva legal	16.786.278,60	13.416.226,50
Reservas Estatutárias	10.886.057,87	9.037.101,46
Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	10.886.057,87	9.037.101,46

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar perdas a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Da sobra líquida apurada no período, 40% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, e a cooperativa de crédito está dispensada da constituição da reserva legal prevista no item 1.16.5.1. (Circ 3314 art 2º § único), a qual não pode exceder à 20% do capital social para as demais instituições financeiras. No período de 2019, foram destinados a reserva legal, o volume de R\$ 2.958.330,26 com recurso proveniente das sobras do ato cooperativo do exercício findo em 31.12.2019 e em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23.04.2019 os delegados deliberaram pelo aumento da reserva legal com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 411.721,84.

A Reserva Estatutária para Fundo de Estabilidade Financeira tem por finalidade dar lastro a eventuais deficiências financeiras e os valores possibilitarão com que haja crescimento dos níveis de alavancagem econômica, reduzindo o grau de endividamento e equilíbrio para ponderação dos ativos de riscos, enfim, garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Cooperativa e é constituída em 25% da sobra líquida. No período de 2019, foi destinado o volume de R\$ 1.848.956,41, com recurso proveniente das sobras do ato cooperativo do exercício.

d) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em dispêndios para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23.04.2019 os delegados deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R\$ 918.476,74 e pelo aumento da reserva legal no valor de R\$ 411.721,84.

As sobras acumuladas à disposição da Assembleia Geral – AGO 2020, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, será de R\$ 1.485.096,69 (Nota 22).

e) Resultado no Exercício

O resultado no período, findo em 31.12.2019, antes da tributação, participações, destinações e distribuições, foi de R\$ 9.056.025,22 (em 2018 R\$ 8.436.596,89).

Os dispêndios de Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, conforme normas brasileira de contabilidade (NBC) devem ser registrados em contas de resultados e podem ser absorvidos pela Fundo de Assistência

Demonstrações Contábeis 2019

Valores Expressos em Reais



Técnica, Educacional e Social (FATES) no encerramento do exercício social. No caso de sobras, a absorção deve ser feita após as destinações para as reservas legais. No período, foram registrados nas contas de resultado como dispêndios o valor de R\$ 685.247,35 (em 2018 R\$ 411.721,84), conforme Estatuto da Cooperativa a Administração decidiu absorver com os recursos do FATES.

Com absorção dos dispêndios de Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, ocorrido no período findo em 31.12.2019, a Cooperativa apresentou o resultado abrangente de R\$ 9.741.272,57 (em 2018 R\$ 8.848.318,73).

f) Encargos de IR e CSLL

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Resultado Antes dos Tributos e Participações	9.056.025,22	8.436.596,89
Exclusão resultado do ato cooperativo	(7.785.050,81)	(7.894.825,60)
Adições de outros valores	9.516,11	5.670,86
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	1.280.490,52	547.442,15
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(488.196,21)	(196.761,17)
Dedução programa de alimentação do trabalhador - PAT	7.802,20	3.216,60
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(480.394,01)	(193.544,57)

g) Participações sobre a Sobras

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Resultado no período	9.056.025,22	8.436.596,89
Menos		
Imposto de Renda e Contribuição Social no período	(480.394,01)	(193.544,57)
Base de cálculo das participações de empregados	8.575.631,21	8.243.052,32
Participações de empregados – 4,15% (em 2018 - 6,10%)	(355.677,85)	(502.521,22)
Base de cálculo das participações de administradores	8.219.953,36	7.740.531,10
Participações de administradores – 1,18% (em 2018 – 0,00%)	(97.091,56)	--
Participação de empregados e administradores no resultado no período	(452.769,41)	(502.521,22)
% da participação de empregados e administradores no resultado no período	5,00%	5,96%

h) Reserva Legal

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Resultado no período	9.056.025,22	8.436.596,89
Menos		
Imposto de Renda e Contribuição Social no período	(480.394,01)	(193.544,57)
Participação de Empregados e Administradores no Resultado no período	(452.769,41)	(502.521,22)
Resultado do ato não cooperativo líquido	(727.036,15)	(332.496,47)
Base de cálculo da Reserva Legal	7.395.825,65	7.408.034,63
Reserva Legal	(2.958.330,26)	(2.963.213,85)
% destinado a Reserva Legal	40,00%	40,00%

i) Reserva de estabilidade Financeira - FEF

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Resultado no período	9.056.025,22	8.436.596,89
Menos		
Imposto de Renda e Contribuição Social no período	(480.394,01)	(193.544,57)
Participação de Empregados e Administradores no Resultado no período	(452.769,41)	(502.521,22)
Resultado do ato não cooperativo líquido	(727.036,15)	(332.496,47)
Base de cálculo da Reserva de Estabilidade Financeira - FEF	7.395.825,65	7.408.034,63
Reserva Legal	(1.848.956,41)	(1.852.008,66)
% destinado a Reserva de Estabilidade Financeira - FEF	25,00%	25,00%

j) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Resultado no período	9.056.025,22	8.436.596,89
Menos		
Imposto de Renda e Contribuição Social no período	(480.394,01)	(193.544,57)
Participação de Empregados e Administradores no Resultado no período	(452.769,41)	(502.521,22)
Resultado do ato não cooperativo líquido	(727.036,15)	(332.496,47)
Base de cálculo do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	7.395.825,65	7.408.034,63
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	(369.791,28)	(370.401,73)
% destinado ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	5,00%	5,00%

k) Resultado do Ato Não Cooperativo

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Resultado no período	9.056.025,22	8.436.596,89
Menos		
Resultado do ato cooperativo	(7.785.050,81)	(7.894.825,60)
Resultado do ato não cooperativo	1.270.974,41	541.771,29
Da atividade operacional	1.192.042,33	533.603,70
De outras atividades (não operacionais)	78.932,08	8.167,59
Demonstração de Resultado do Ato Não Cooperativo		
Resultado Operacional	1.192.042,33	533.603,70
Receitas Operacionais	2.691.580,07	1.399.477,36
Despesas Operacionais (diretas e proporcionais)	(1.499.537,74)	(865.873,66)
Outros Resultado (não operacional)	78.932,08	8.167,59
Outras Receitas	86.410,18	56.869,41
Outras Despesas (diretas)	(7.478,10)	(48.701,82)
Resultado Antes da Tributação e Participações	1.270.974,41	541.771,29
(-) Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(288.320,43)	(102.407,50)
(-) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(192.073,58)	(91.137,07)
(-) Participação no resultado (proporcional)	(63.544,24)	(15.730,25)
Resultado Líquido do Ato Não Cooperativo	727.036,15	332.496,47

Em conformidade com as Lei nº 5.764/1971 as Cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei.

O resultado líquido decorrente do ato não cooperativo, quando positivo, deve ser destinado para ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, não podendo ser objeto de rateio entre os associados. Quando negativo, deve ser levado à Reserva Legal e, se insuficiente sua cobertura, deve ser rateado entre os associados.

22. SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
SOBRAS ABRANGENTE	9.741.272,57	8.848.318,73
Resultado no período	9.056.025,22	8.436.596,89
Do ato cooperativo	7.785.050,81	7.894.825,60
Do ato não cooperativo	1.270.974,41	541.771,29
Absorção dos dispêndios de FATES no período	685.247,35	411.721,84
DESTINAÇÕES DO RESULTADO NO PERÍODO	(6.837.277,52)	(6.214.186,50)
Destinação - Tributação sobre o resultado no período	(480.394,01)	(193.544,57)
Imposto de renda	(288.320,43)	(102.407,50)
Contribuição social	(192.073,58)	(91.137,07)
Destinação - Participação sobre o resultado no período	(452.769,41)	(502.521,22)
Dos administradores	(97.091,56)	--
Dos empregados	(355.677,85)	(502.521,22)
Destinações – Reservas estatutárias e legais sobre o resultado no período	(5.904.114,10)	(5.518.120,71)
FATES – Resultado do ato não cooperativo	(727.036,15)	(332.496,47)
FATES – Resultado do ato cooperativo	(369.791,28)	(370.401,73)
Reserva Legal – Resultado do ato cooperativo	(2.958.330,26)	(2.963.213,85)
Reserva de Estabilidade Financeira – Resultado do ato cooperativo	(1.848.956,41)	(1.852.008,66)
DISTRIBUIÇÃO AOS COOPERADOS DO RESULTADO NO PERÍODO	(1.418.898,36)	(1.303.933,65)

Demonstrações Contábeis 2019

Valores Expressos em Reais



Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Juros ao Capital	(1.418.898,36)	(1.303.933,65)
Pagamento de juros ao capital próprio	(1.418.898,36)	(1.303.933,65)
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERADA NO PERÍODO	1.485.096,69	1.330.198,58

23. INGRESSOS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

a) Operações de Crédito

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	21.116.236,92	19.325.239,01
Financiamentos	7.764.973,22	6.778.642,66
Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	3.373.289,91	1.262.351,49
Financiamentos Rurais – Repasse	4.228.123,11	3.833.623,45
Por Avais e Fianças Honrados	78.316,53	34.386,58
Recuperação de Créditos	608.713,10	837.366,23
Total	37.169.652,79	32.071.609,42

b) Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Operações de TVM

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Operações de Aplicações Interfinanceira de Liquidez – DI Rural	1.871.390,55	451.925,17
Resultado de Operações com TVM – Títulos de Renda Fixa	38.393,43	78.447,12
Total	1.909.783,98	530.372,29

c) Operações de Depósitos Intercooperativos

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Operações de Depósitos Intercooperativos – Centralização Financeira	4.435.248,48	5.398.618,78
Total	4.435.248,48	5.398.618,78

24. DISPÊNDIOS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

a) Operações de Captações

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Depósitos a Prazo sem vencimento - DAP	(101.602,25)	(102.741,71)
Depósitos a Prazo (RDC)	(8.523.775,79)	(8.387.200,60)
Depósitos a Prazo de Governos Municipais - LC N° 161/2018	(23.547,64)	--
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(902.204,37)	(680.001,51)
Contribuição Fundo Garantidor (FGCOOP)	(322.648,43)	(281.751,32)
Total	(9.873.778,48)	(9.451.695,14)

b) Operações de Empréstimos e Repasses

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos no País	(424.122,68)	(9.094,94)
Repasso de Inst. Oficial	(7.644,62)	(24.779,65)
Repasses Interfinanceiros	(4.569.525,50)	(3.372.215,49)
Total	(5.001.292,80)	(3.406.090,08)

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Provisão para Operações de Créditos de Liq. Duvidosa – Constituição	(14.453.429,72)	(4.365.725,47)
Provisão para Operações de Créditos de Liq. Duvidosa – Reversão	6.115.728,77	165.186,70
Total	(8.337.700,95)	(4.200.538,77)

25. OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS

a) Resultado com Prestação de Serviços

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
De Prestação de Serviços – Outros ⁽¹⁾	8.948.362,30	4.446.542,55
De Tarifas Bancárias	876.039,99	588.824,84
Total	9.824.402,29	5.035.367,39

Demonstrações Contábeis 2019

Valores Expressos em Reais



⁽¹⁾ Referem-se aos serviços de convênios de arrecadação de serviços públicos R\$ 150.100,94, Cartão de Débito e Crédito R\$ 1.945.921,92, Comissionamento de Poupança R\$ 121.935,92, Crédito Consignado INSS R\$ 266.534,54, distribuição de sobras da Central R\$ 2.355.538,17 rendas de Cobrança R\$ 938.245,98, Transações Intercredis R\$ 120.220,10, Garantias Prestadas R\$ 768.341,42 e outros Serviços R\$ 2.281.523,31.

b) Resultado de Participações em Coligadas e Controladas

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Ações no Banco Cooperativo do Brasil - BANCOOB	52.100,39	39.722,09
Total	52.100,39	39.722,09

c) Outros Ingressos Operacionais

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Recuperação de dispêndios adm. de comunicações	794,79	531,24
Recuperação de dispêndios adm. de cobrança de crédito	54.779,42	--
Recuperação de dispêndios adm. de promoções e rel. pública	326,80	--
Recuperação de dispêndios adm. de consultoria	7.707,87	--
Recuperação de dispêndios adm. de mensalidades	783,55	--
Reversão provisão de dispêndios administrativos	176.265,89	280.733,39
Reversão provisão de rendas a receber	5.758,25	--
Atualização de valores a receber de resarcimento	5.741,23	--
Distribuição de sobras do Sicoob Central SC/RS	--	114.973,46
Outras rendas operacionais	--	799.088,54
Total	252.157,80	1.195.326,63

26. OUTROS DISPÊNDIOS OPERACIONAIS

a) Dispêndios de Pessoal

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
De Proventos	(4.940.940,43)	(4.511.721,01)
De Benefícios	(2.314.838,73)	(2.048.899,42)
De Encargos Sociais	(1.934.358,08)	(1.810.756,37)
De Honorários	(908.826,39)	(878.317,48)
De Treinamentos	(132.820,80)	(74.452,13)
De Remuneração de estagiários	(56.430,90)	(62.404,00)
Total	(10.288.215,33)	(9.386.550,41)

b) Outros Dispêndios Administrativos

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
De Água, Energia e Gás	(238.059,11)	(216.304,87)
De Aluguéis	(411.025,32)	(483.682,48)
De Comunicações	(275.361,47)	(294.282,36)
De Contribuições Filantrópicas	--	(6.000,00)
De Manutenção e Conservação de Bens	(783.798,97)	(610.393,79)
De Material	(153.352,24)	(138.668,97)
De Processamento de Dados	(336.903,24)	(104.942,10)
De Processamento de Dados (Sist. Tec. do SICOOB - SISBR)	(1.149.609,04)	(909.580,01)
De Promoções e Relações Públicas	(212.940,58)	(209.328,90)
De Promoções e Relações Públicas (Eventos Resp. Social)	(100.175,46)	(101.860,26)
De Promoções e Relações Públicas (Campanha)	(250.123,71)	(113.461,10)
De Propaganda e Publicidade	(52.089,00)	(56.454,20)
De Publicações	(5.950,00)	(4.150,00)
De Seguros	(39.947,67)	(54.702,37)
De Serviços do Sistema Financeiros	(1.387.472,78)	(1.172.306,79)
De Terceiros com Serviços Gráficos	(15.783,27)	(8.970,20)
De Terceiros com Sistema de Proteção ao Crédito	(228.186,24)	(150.635,15)
De Terceiros com Registro Garantia Gravame	(247.483,50)	(226.146,01)
De Serviços de Vigilância e Segurança	(1.127.473,98)	(1.001.296,58)
De Técnicos Especializados de Avaliação de Garantias	(127.970,52)	(12.548,99)
De Técnicos Especializados de Assessoria Jurídica	(102.674,45)	(118.458,94)
De Técnicos Especializados de Serviços Médicos	(8.688,00)	(3.201,00)
De Técnicos Especializados de Consultoria	--	(39.472,85)

Demonstrações Contábeis 2019



Valores Expressos em Reais

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
De Técnicos Especializados de Ass. Técnica (Adm)	(19.133,67)	(12.000,00)
De Técnicos Especializados de Auditoria Cooperativa	(56.981,59)	(44.654,90)
De Transporte	(161.730,34)	(129.246,99)
De Viagem	(22.127,00)	(59.118,24)
De Livros, Jornais e Revistas	(586,80)	(462,00)
De Emolumentos Judiciais e Cartorários	(85.271,64)	(76.004,70)
De Copia e Cozinha	(49.711,32)	(55.976,93)
De Uniforme e Vestuários	(38.006,34)	(26.602,13)
De Sist. Coop. com Contribuições a OCB e OCESC	(80.798,36)	(67.371,12)
De Mensalidades de Associações	(19.941,82)	(17.570,95)
De Ações Judiciais	(3.100,00)	--
De Rateio Dispêndios Adm. SICOOB Central SC/RS (2º Nível)	(1.093.276,47)	(1.048.955,51)
De Rateio Dispêndios Adm. SICOOB Confederação (3º Nível)	(236.793,75)	(137.897,16)
De Amortizações e Depreciações Imobilizado em Uso	(1.196.777,12)	(1.187.183,08)
Total	(10.319.304,77)	(8.899.891,63)

c) Dispêndios Tributários

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Municipal	(83.837,48)	(35.748,81)
Estadual	(1.574,82)	(4.266,99)
Federal	(125.486,47)	(91.828,60)
Total	(210.898,77)	(131.844,40)

d) Outros Dispêndios Operacionais

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
De Provisões de Garantias Financeiras Prestadas	(595.457,69)	(339.644,78)
Outros Dispêndios Operacionais	(39.603,79)	(26.332,09)
Total	(635.061,48)	(365.976,87)

27. RESULTADO COM OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Outras Receitas	86.410,18	56.869,41
Lucro em Transações com Valores de Bens	28.708,64	27.996,00
Ganhos de Capital	41.748,64	20.813,92
Outras Rendas	15.952,90	8.059,49
Outras Despesas	(7.478,10)	(48.701,82)
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(1.526,65)	(45.366,82)
Perdas de Capital	(5.951,45)	(3.335,00)
Total	78.932,08	8.167,59

28. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como, as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC, LCA e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas – valores na data da contratação/investimento

Descrição	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Montante das Operações Ativas	5.280.599,69	1,19%	(43.468,50)
P.R. – Vínculo de Grupo de Partes Relacionadas	674.931,29	0,15%	(3.741,49)
P.R. – Sem vínculo de Grupo de Partes Relacionadas	4.605.668,40	1,04%	(39.727,01)
Montante das Operações Passivas	3.724.668,32	1,30%	--

b) Operações ativas e passivas – valores no último dia do exercício do saldo devedor/investimento

Ativas	Valor da Operação de Crédito	Provisão de Risco	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	13.929,01	76,85	0,74%
Crédito Rural	3.031.586,79	113.148,73	2,62%
Empréstimo	224.853,76	1.230,81	0,29%
Financiamento	360.989,21	1.661,48	0,72%
Total	3.631.358,77	(116.117,87)	

Passivas	Valores	Taxa Média	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Depósitos à Vista	474.270,55	--	1,02%
Depósitos a Prazo e LCA	1.808.223,85	0,37%	0,94%
Total	2.282.494,40z		

c) Taxas médias das operações ativas e passivas

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: LCA, depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações	Taxas médias aplicadas em relação as partes relacionadas a.m.
Ativas	
Empréstimos	1,61%
Financiamentos	0,86%
Passivas	
Investimentos financeiros – Pré-Fixada	0,46%
Investimentos financeiros – Pós Fixada	91,68% do CDI

d) Representação das Operações em Relação a Carteira Geral

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

Natureza das Operações	Percentual em relação a Carteira Geral – movimentação no exercício
Ativas	
Empréstimos e Financiamentos	0,46%
Títulos Descontados	0,01%
Financiamento Rural	1,09%
Passivas	
Investimentos financeiros	1,30%

e) Créditos baixados como prejuízo no decorrer do período

Não houve registro de movimentação de créditos baixados como prejuízo de partes relacionadas no exercício de 2019.

f) Garantias em relação as Operações de Crédito

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza das Operações		Garantias Prestadas
Ativas		
Empréstimos		1.635.869,45
Financiamentos		497.899,47
Financiamento Rural		1.914.452,21

g) As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas

Doações a Partes Relacionadas		Valores
Pessoa Física		--
Pessoa Jurídica		--

h) As coobrigações prestadas pela Cooperativa às partes relacionadas

Período	Valores
De 01.01.2019 a 31.12.2019	954.478,74
De 01.01.2018 a 31.12.2018	834.225,94

i) Pessoal-chave da administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração da Cooperativa, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Benefícios de curto prazo		
Honorários	764.961,86	733.857,24
Cédula de Presença	124.456,00	118.626,00
Encargos Sociais	259.497,37	242.176,12
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	19.408,53	18.662,07
Plano de Saúde	7.799,72	7.172,17
Seguro de Vida	7.827,80	13.608,76

A Cooperativa não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração.

j) Aquisição de bens da Cooperativa

No decorrer do exercício não houve aquisições, por partes relacionadas, de bens recebidos pela Singular em dação e pagamento, bem como da venda de bens patrimoniais da Cooperativa.

29. COOPERATIVA CENTRAL

A Cooperativa de Crédito Original - Sicoob Original, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul – Sicoob Central SC/RS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Sicoob Central SC/RS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob Central SC/RS a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O Sicoob Original responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB Central SC/RS:

Natureza das Operações	31.12.2019	31.12.2018
Ativas – Bens e Direito		
TVM – Aplicação Financeira	317.608,58	1.059.556,11
Centralização Financeira - Cooperativa	103.597.157,87	81.397.085,37
Rendas a Receber	1.672.784,63	568.538,26
Cota Capital Integralizada	5.129.854,30	5.129.854,30
Passivas - Obrigações		
Repasso de Crédito Rural	3.081.772,04	31.087.265,79
Empréstimo Capital de Giro	634.300,55	850.744,36
Obrigações a Pagar – rateio de dispêndios e outros	131.819,08	133.829,03
Rateio dos dispêndios administrativos e outros da Central rateada entre suas filiadas – parte da cooperativa paga	1.093.276,47	1.048.955,51

30. GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

a) Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do *Acordo de Basileia II*, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

b) Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest* do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;

- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

c) Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

d) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

e) Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

31. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Frota de Veículos	100% FIPE 31/12/2019	397.885,00	21.447,46
	Danos Materiais Terceiros	1.650.000,00	
	Danos Corporais a Terceiros	2.050.000,00	
	Danos Morais	110.000,00	
Patrimonial	Incêndio, Explosão, Fumaça E Queda De Aeronave	15.190.000,00	22.910,71
	Danos Elétricos	370.000,00	
	Subtração De Bens	260.000,00	
	Responsabilidade Civil	460.000,00	
	Quebra De Vidros	130.000,00	
	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado E Queda De Granizo	1.520.000,00	
	Impacto De Veículos	100.000,00	
	Perda De Aluguel	30.000,00	
	Recomposição De Registros E Documentos	15.000,00	
	Equipamentos Eletrônicos Sem Cobertura De Subtração	10.000,00	

	Jardins Corporativos	5.000,00	
Responsabilidade Civil - Diretoria e Conselho de Administração	Capital	3.000.000,00	21.447,46
Seguro Vida - Diretores/Conselheiros	Capital	2.887.839,80	7.966,56
Seguro Vida - Funcionários	Capital	8.740.638,36	24.413,96
Total		36.926.363,16	98.186,15

32. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Patrimônio de Referência	52.863.700,79	42.857.657,41
Índice de Basileia – IB%	16,04%	16,47%

O Patrimônio de Referência (PR) do Sicoob Original encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2019.

33. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade de Benefícios Sicoob Multi Instituído - Desconto em Folha de Pagamento. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições para os funcionários são de igual proporção as que os funcionários já contribuem, porém, são limitadas à 6% (seis por cento) do salário base e até o teto máximo de R\$ 100,00 (cem reais).

Os dispêndios com contribuições efetuadas durante o exercício de 2019 totalizaram R\$ 116.944,86 (cento e dezesseis mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos).

Gilmar Aristeu Bazzo
Diretor Executivo

Artêmio José Flach
Presidente do Conselho
de Administração

Lucas Trez
Contador
CRC-SC - 041302/O-8
CPF 090.081.969-30

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Original – SICOOB Original, no uso de suas atribuições legais e estatutária, após examinar o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Cooperativa, o relatório da Diretoria, relativo ao período de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, declara que os Atos da Administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis examinadas, a posição patrimonial e financeira da Instituição Financeira Cooperativa, em 31 de dezembro de 2019.

O parecer do Conselho Fiscal é favorável e recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelos Senhores Associados em Assembleia Geral Ordinária.

CONSELHO FISCAL

Ari Salmoria Dos Santos

Deniz Gentile Faveti

Hilario Sigel

Honório Lazzarotto

Joni Helio Turazzi

Mario Cesar Honaiser

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Original - SICOOB Original
São Lourenço do Oeste - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Original - SICOOB Original, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Original - SICOOB Original em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 23 de março de 2020.



A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Ronaldo Reimberg Lima".

Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1